

Rusticidade e recreio na Arquitectura das Quintas do concelho de Elvas

Mariana Sá*

O Património Cultural Português é constituído por um conjunto diversificado de bens materiais e imateriais que exprimem e destacam a identidade e a memória dos diferentes lugares e da população que os habita, em particular, o património arquitectónico e paisagístico. O reconhecimento do seu valor, através da caracterização histórica, arqueológica, arquitectónica e paisagística, permite comprovar o seu interesse a nível regional, nacional, bem como internacional e, por conseguinte, salvaguardar a sua permanência no espaço e no tempo, valorizando-o enquanto elemento identitário de um povo, de uma região e de uma cultura. A Arquitectura, assim como a Paisagem, constituem o suporte físico de toda uma transformação sociocultural, motivo da sua extrema importância. Este suporte físico, no que se refere à paisagem alentejana, é caracterizado por Orlando Ribeiro nos seguintes termos:

“Um momento, na Primavera, quando a seara brilha ao sol, pincelada de matizes preciosos das corolas que se abrem entre espigas de trigo, o Alentejo veste-se de uma beleza própria. Depois da ceifa, uma luz baça e crua abate-se sobre o restolho amarelado. Ao meio do dia o calor é sufocante. No *monte* dorme-se a sesta, as paredes caiadas reverberam a luz e ferem a vista. Os gados ficam imóveis. O zangarreio da cigarra é o único ruído de ser vivo: tudo o mais se queda amodorrado. Os olhos procuram em vão o repouso de um quadrado de verdura. As folhas das árvores estão coriáceas, amareladas, e os ramos, muito aparados, quase não abrigam da ardência do sol. (...) Alentejo não tem sombra Senão a que vem do céu...”¹ (fig. 1).

A paisagem alentejana,² embora com ligeiras variações entre regiões, caracteriza-se essencialmente pelo tratamento que é dado à superfície cultivada “(...) apresentando aspectos diversos durante o ano – verde na Primavera, amarelo de ouro das searas já maduras no Verão, amarelo queimado dos restolhos no Outono, e negro terroso dos campos lavrados no Inverno (...)”³ Estamos perante um território vasto, de pouca variação topográfica e, por isso, de longo alcance visual, ao nível do observador. Este é

* Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). Email: mrmsa@arq.up.pt.

¹ RIBEIRO, 1987-1991: 1260.

² “(...) um gigantesco anfiteatro de face voltada para o Atlântico, até onde desce em largos plainos, num jogo subtil, de vastas e suaves ondulações, que lhe dá horizontes recuados. Não lhe falta, aqui e ali, a cortina brusca, mas sempre modesta, de alguma serra que acrescenta à sua beleza própria a nota de imprevisto e à sensação da planura o instrumento de contraste.”

GEORGE, GOMES & ANTUNES, 2004: 123.

³ GIRÃO, 1949-1951: 412.

subtilmente talhado e dividido, artificial ou naturalmente em propriedades cuja produção agrícola e pecuária e respectivo edificado que lhe dá apoio, estabelecem uma unidade de paisagem. Esta unidade integrada pode ser mais ou menos complexa, mais ou menos extensa, criada, essencialmente, para dar resposta à produção (fig. 2).

A imagem do Alentejo associa-se intrinsecamente ao conceito de latifúndio:⁴ propriedade agrícola e rural bastante extensa, pertencente a uma única pessoa, família ou entidade. Cada proprietário⁵ possuía, assim, terrenos predominantemente de grandes dimensões, destinados à produção agrícola e pecuária. Devido à sua dimensão, eram necessários, não só vários pontos edificados de vigia e de apoio à exploração do solo, mas também infra-estruturas que garantissem a habitação das pessoas que trabalhavam nestas propriedades (permanente ou sazonalmente), e também as acomodações necessárias ao respectivo proprietário.

Verificou-se a existência de três designações distintas no território alentejano referentes à diversidade de unidades agrícolas: a Herdade, o Monte e a Quinta.

Constatou-se que a Herdade⁶ é a unidade de paisagem que, para além da grande propriedade que administra, pode integrar um ou vários montes, de forma a facilitar a gestão da produção animal, bem como da exploração agrícola; e pode, também, integrar uma quinta, quase como uma entidade autónoma da propriedade (fig. 3).

O Monte⁷ é constituído por um edificado bastante controlado e simples, claramente dividido em duas partes: uma para acomodar os trabalhadores e outra para a produção agrícola, pelo que se concluiu que foi pensado para dar apoio exclusivo a esta actividade. A sua propriedade, de grandes dimensões, representa o seu principal objectivo e o motivo pelo qual existe: nunca é murado, não havendo, por isso, distinção entre os espaços exteriores, pelo que o seu acesso é completamente livre e desimpedido. A linguagem arquitectónica que possui reflecte apenas uma preocupação prática, respondendo única e exclusivamente a questões funcionais (fig. 4).

Em contrapartida, a Quinta é constituída por um edificado associado à residência do proprietário, bastante complexo na sua escala e organização. Este está claramente

⁴ “O Alentejo é, como a Andaluzia ou a Sicília, país de latifúndios cerealíferos e de pastoreio extensivo – especialização de terras mediterrâneas pouco povoadas.”

RIBEIRO, 1970: 117.

⁵“(…) cada grande proprietário é dono de *herdades, courelas, ferragiais, olivais, vinhas, hortas, quintas* (além de *moinhos e lagares*) (…)”

RIBEIRO, 1970: 139.

⁶ “Há herdades muito grandes, medianas e pequenas. (...) No grupo das primeiras há algumas de mil hectares, muitas de seiscientos a novecentos e daí para baixo. De entre as últimas, poucas são inferiores a 70 hectares.”

PICÃO, 1947: 5.

⁷“(…) o ‘monte’, edifício ou conjunto de edifícios, sede ou assento da lavoura. É daí que o lavrador, rendeiro, ou proprietário dirige a actividade a desenvolver nos vários pontos da ‘herdade’, pelos seus servidores, o mais hierarquicamente próximo (…).”

GEORGE, GOMES & ANTUNES, 2004: 135.

dividido em três fracções, cujas funções se separam pelos vários volumes construídos: para o proprietário, para os trabalhadores e para a produção agrícola. Estas três funções podem estar próximas umas das outras ou, pelo contrário, distantes, podendo a parte destinada aos trabalhadores encontrar-se fora do recinto murado. A quinta incorpora também uma outra componente que o monte não possui: a referente ao ócio (fig. 5).

O tema que se apresenta relaciona-se com o estudo das Quintas alentejanas da região⁸ de Elvas, entendidas, neste contexto, como unidades de paisagem que, para além da exploração agrícola a que se destinam, se constituem como uma arquitectura presente em meio rural, que se materializa na complexidade do edificado que apresenta e na sua implantação e articulação volumétrica com a envolvente natural onde se encontra. Esta análise articula-se com o estudo da arquitectura rural antiga,⁹ de forma a distinguir o interesse de ambas, enquanto património arquitectónico e paisagístico.

Naturalmente, a operatividade “prática” desta comunicação, incidirá sobre casos de estudo da região referida, que correspondem, por isso, a pontos únicos e peculiares deste território.

A génese destas quintas¹⁰ explica-se através da *reconstituição do passado* e da *interpretação do presente*.¹¹

Relativamente ao primeiro, é sabido que a cidade de Elvas foi um ponto muito importante a nível militar, económico, estratégico e cultural (fig. 6). O período entre a segunda metade do século XVII e o século XIX corresponde a uma época de grande expansão demográfica e económica desta região. Deste aumento populacional resulta, também, o aumento do número de famílias nobres e abastadas. Ainda no início deste período, o comércio incrementa-se gerando o desenvolvimento de riqueza dessas famílias. Do ponto de vista histórico, estes acontecimentos propiciaram a construção e concentração de habitações sofisticadas no núcleo urbano, e de quintas nas suas proximidades.

Relativamente à *interpretação do presente*, em complemento à vasta planície alentejana, a região de Elvas apresenta alguma variação ao nível topográfico,

⁸ Entenda-se por “região”, uma área geográfica correspondente a uma unidade territorial que se distingue das restantes por possuir determinadas características que apenas se verificam nela própria. De acordo com o tema exposto, esta região evidencia a área necessária e adequada à investigação.

⁹ Entenda-se por “arquitectura rural” aquela que se encontra em contexto agrícola e campestre, ou seja, fora dos limites e núcleos urbanos. Definiu-se como “arquitectura Antiga” a arquitectura do período romano no território alentejano.

¹⁰ “(...) a origem da designação continua obscura, mas derivaria acaso da agrimensura romana; na nossa idade-média a palavra teve a significação fundamental de sub-unidade agrária dentro de uma *villa* (rustica), provida de casa de habitação, água, terra lavradia, pomares, vinhas, soutos, etc. (...)”

MACHADO, 1989: 23.

¹¹ Ver RIBEIRO, 1970: 11.

principalmente nos quadrantes Norte e Poente. É em torno desta cidade que estão localizados uns dos melhores terrenos do Alto Alentejo, devido, fundamentalmente, à relação de dois factores: por serem terrenos bastante irrigados, cujas principais linhas de água, que os atravessam, pertencem à rede de afluentes do rio Guadiana (fig. 7); e, por outro lado, por corresponderem a solos bastante ricos e de boa qualidade, propícios à sua exploração agrícola, principalmente àquela relacionada com as culturas de regadio¹² (fig. 8). Desta forma, toda a envolvente da cidade¹³ presenteia-se com inúmeros terrenos destinados a hortas e pomares, muitos dos quais integrados em herdades. Estas herdades, para além de contemplarem montes, enquanto edificado que dava apoio à produção agrícola e alojamento às pessoas que aqui trabalhavam, possuíam também espaços de horta e pomar para uso doméstico dos seus moradores.¹⁴ Eram locais frescos e perfumados, pelo tipo de produção que era realizada (citrinos, ameixa regional, entre outros) e correspondiam ao sítio mais aprazível da herdade onde, mais tarde e por diversos motivos, o seu proprietário decide construir a sua quinta.¹⁵

Assim, estas quintas, mandadas construir por nobres, grandes burgueses e militares de alta patente, distinguem-se em dois tipos: o primeiro, associado a grandes casas de lavoura,¹⁶ onde as quintas se implantam nos espaços de horta e pomar preexistentes, por serem os locais mais atraentes e deleitosos da propriedade; e o segundo, pertencente a um período mais tardio relativamente ao primeiro, corresponde a uma construção de raiz, de casas de veraneio com uma forte componente lúdica e ornamental. Ambos os tipos reúnem denominadores comuns que os definem, tais como: a implantação no território, as estruturas viárias (principais e secundárias), a configuração da propriedade (muros), os acessos gerais, as entradas (principal e secundárias), a identificação dos tipos de cultivo, a relação estabelecida com elementos naturais (linhas de água, entre outros), a orientação solar, bem como a identificação do edificado e respectiva caracterização.

¹² “A maior disponibilidade de água, proveniente da albufeira do Caia, resulta num uso mais intensivo do solo, de regadio, distinguindo-se por isso das paisagens de sequeiro das unidades envolventes (...)”

CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS, 2009: 70.

¹³ “Como em toda a parte, também as hortas (compreendidos nelas também pomares regados) aparecem nos arredores das cidades e vilas principais, às vezes com grande importância económica e social (...)”

RIBEIRO, 1970: 118.

¹⁴ “Perto do monte, como acessório útil bastante apreciado, cada herdade de vulto tem em geral anexa uma horta ou quinta e, por vezes, olival e vinha.”

PICÃO, 1947: 4.

¹⁵ “(...) em herdades atravessadas por ribeiras de importância existem, nas margens respectivas, moinhos, azenhas, hortas e quintas, que pertencem a senhorios estranhos e diversos.”

PICÃO, 1947: 4.

¹⁶ José da Silva Picão atribui o termo lavoura à exploração agrícola e pecuária.

Normalmente estas unidades de paisagem encontram-se implantadas em encostas viradas para os quadrantes de Nascente, cuja cota média de implantação se aproxima dos 300 metros de altitude (fig. 9). As suas propriedades distanciam-se relativamente às principais linhas viárias, havendo a necessidade de percorrer algumas dezenas de metros para chegar ao seu acesso principal, tornando-as, por isso, mais intimistas. Esta localização oferece, assim, todas as condições para o refúgio, o descanso e a intelectualidade, materializados na articulação dos espaços exteriores com o edificado da quinta, que correspondem a um conjunto parcial ou totalmente murado; podendo chegar, segundo o entendimento das pessoas locais, aos vinte hectares. A vedação proporcionava não só a privacidade que se pretendia a estas unidades, contrariando a génese de outras, como os montes, mas também a segurança da propriedade.

Do conjunto de casos de estudo analisados, existem dois tipos de acessos principais: um, que ocupa uma posição lateral ou perpendicular face ao edificado, mas frontal em relação ao portão de acesso; o outro, que é desenhado segundo um eixo axial, face à fachada principal do edificado.

Estas unidades integram diferentes tipos de espaços exteriores, presentes no terreno murado, que se dividem em dois grandes grupos: um relacionado com a produção agrícola e outro relacionado com o recreio. O primeiro integra pomares e/ou hortas (culturas de regadio) que se encontram entre as linhas de água e o conjunto edificado. O segundo corresponde a uma componente que outras unidades agrícolas desconheciam: o recreio. Este materializa-se, por um lado, através do tipo de arquitectura utilizado, e por outro, em espaços exteriores na sua proximidade, como jardins e espaços aprazíveis destinados ao lazer, que denotam complexidade e grande cuidado paisagístico, onde o uso de vegetação exótica (fig. 10), a criação de jogos de água (fig. 11) bem como de arquitecturas de jardim (bancos, caramanchões, entre outros) (fig. 12), constituem os dominadores comuns destes locais.

Relativamente ao edificado propriamente dito, este estabelece uma relação muito específica com os elementos naturais presentes no território, nomeadamente com as linhas de água: o conjunto construído encontra-se, geralmente, paralelo aos rios e ribeiras que abastecem estas unidades. A natureza e as características físicas territoriais são, assim, privilegiadas, em detrimento de outras, nomeadamente da orientação solar, em que a análise não é, ainda, conclusiva, uma vez que é grande a variabilidade de caso para caso.

A quinta é uma forma de ocupação territorial disseminada, muito devido à sua integração em grandes propriedades, e constitui-se como parte integrante do Património arquitectónico e paisagístico alentejano, motivo da sua importância e tema

da presente comunicação. Representa uma tipologia arquitectónica com grandes potencialidades de valorização: quer ao nível do edificado (fig. 13), quer ao nível da propriedade na qual se insere e respectiva produção agrícola que gere (fig. 14), até ao nível territorial (fig. 15).

Como parte constituinte do Património arquitectónico e paisagístico desta região, já referido e caracterizado pela presença de quintas, deve-se destacar a grande concentração de um outro tipo de estruturas socioeconómicas que representam o arquétipo da romanidade no mundo rural: as *villae*¹⁷ (fig. 16). É com a presença romana, primeira ocupação territorial nesta região a incutir um pensamento estruturado na sua materialização, que chega, até aos dias de hoje, um grande conjunto de vestígios e achados arqueológicos de importância. Todo este conjunto permite perceber que se tratava de uma ocupação em contexto rural.¹⁸ Contudo, terá certamente sido um importante ponto de transacção comercial, uma vez que se encontrava entre duas importantes cidades romanas: *Ebora*, a actual cidade portuguesa de Évora, bem como *Emerita Augusta*, a actual cidade espanhola de Mérida (fig. 17). Por este motivo, esta região encontrava-se na passagem do eixo viário que ligaria ambas as cidades, e parece ter sofrido influências, ao nível da sua ocupação territorial, da capital da *Lusitania: Emerita Augusta*.

Vitruvio, no seu *Tratado de Arquitectura*,¹⁹ define estas estruturas, denominando-as por *construções rurais*. Para além de valorizar a orientação solar que estas unidades devem seguir, de forma a garantirem a salubridade do conjunto, estabelece um princípio fundamental que associa o edificado à dimensão do terreno a ser cultivado: “As suas dimensões devem ser proporcionais ao tamanho da propriedade rústica e à quantidade da produção. Os pátios e as suas medidas serão planeados de acordo com a quantidade de gado, bem como pelo número de juntas de bois que aí for necessário movimentar.”²⁰

¹⁷ “*Villa* (pl. *villae*). Residência de um rico proprietário rural romano, com os edificios anexos necessários a qualquer grande casa de lavoura. A residência do proprietário era designada por *pars urbana*; os alojamentos dos criados, os celeiros (*horrea*, sing. *horreum*), os lagares (*torcularia*, sing. *torcularium*), as adegas (*cella vinaria* e *cella olearia*, de vinho e azeite, respectivamente), os currais (*stabula*), as oficinas, os alpendres ou telheiros para vários fins (*tecta*, sing. *tectum*) constituíam a *pars rustica*.”

ALARCÃO & BARROCA, 2012: 353.

¹⁸ Para além de outras manifestações de arquitectura romana, a grande concentração de *villae* na região de Elvas, demonstra o seu carácter rural: “No Concelho de Elvas estão identificadas 23 *villae*, 15 necrópoles, duas pedreiras e inúmeros habitats e outros achados isolados. Este é um número elevado, mas estamos certos que muitas foram destruídas e que muitas outras ainda estão por descobrir.”

JESUINO, 2012: 5.

¹⁹ VITRUVIO, 2006.

²⁰ VITRUVIO, 2006: 233.

De forma análoga, Leon Battista Alberti, em *De Re Aedificatoria*,²¹ explicita os cuidados que o proprietário deve ter para a construção da sua *casa de campo*: “(...) deve-se evitar um clima sujeito a catástrofes e uma terra ressequida; deve-se edificar no meio do campo, junto do sopé de um monte, numa zona com água. (...). Sou de opinião de que a casa de campo se deve situar num lugar que comunique da melhor forma com os edifícios urbanos do seu proprietário.”²² Em contexto rural, Alberti refere ainda, que deve ser escolhido um lugar que receba, abundantemente, luz solar, e que corresponda à zona mais salubre do território. O facto de se utilizar o termo *campo* e *rural*, pressupõe o reconhecimento de zonas situadas fora dos limites das cidades, onde predominam as actividades agrícolas, mas também a vontade de isolamento, mesmo que temporário, da realidade citadina (fig. 18).

O estudo da arquitectura rural Antiga, nomeadamente das *villae* romanas, é fundamental para a compreensão do território em causa e das quintas já referidas, uma vez que corresponde, de forma similar, à residência de um proprietário abastado, articulada com estruturas de carácter lúdico e edifícios de apoio agrícola, localizados numa determinada porção de terra, cujas três principais características são a individualidade, o isolamento e a unifamiliaridade,²³ tal como nas quintas.

A *villa* romana é considerada a antecessora do “monte” alentejano. Este conceito, importado pela geografia, tem a sua lógica quando classificamos ambas as realidades como sendo modelos agro-pecuários cuja unidade edificada integra várias construções de actividades e usos específicos, gerando uma propriedade rural privada. Ambos são aglomerados rurais, agrícolas, constituídos por áreas habitacionais. Porém, não se pode restringir a análise a esta redundância nem em anacronismos. A *villa* é mais do que um local de produção agrícola: mais do que uma estrutura pensada e organizada de forma a tirar partido das explorações do solo que produz à sua volta, é um lugar de ócio (*otium*), um local onde era valorizado o repouso e o lazer (termas), e a cultura (recitais de poesia; peças de teatro), materializados no refinamento e luxo presentes no tratamento das paredes (estuques, pinturas) e na aplicação de materiais nobres (mármore, mosaicos, madeiras), até às estruturas edificadas da habitação da *villa* (fig. 19). Assim, esta, apesar de ser uma *casa de campo*, pressupõe algo mais, que diz respeito ao proveito que o seu proprietário pode obter das características particulares e aprazíveis do sítio onde a construção se implanta e a forma como esta se relaciona com

²¹ ALBERTI, 2011.

²² ALBERTI, 2011: 353-354.

²³ “(...) a *villa* indica um habitat rural romano de tipo individual, individualidade que deve ser entendida numa dupla vertente: por um lado, no sentido de isolamento (as *villae* são casas e fazendas espalhadas pelas agras), e por outro, no de unifamiliaridade (a *villa* pertence e está construída para um romano – ou indígena suficientemente romanizado – e a sua família – no sentido latino do termo, ou seja, incluindo servos e escravos).”
LOSADA, 1987: 88.

aquilo que de melhor a natureza oferece. A *villa* possui, assim, uma parte destinada ao seu proprietário (*pars urbana*), de forma a garantir e proporcionar momentos de deleite e lazer; e uma outra (*pars rustica*), não só para albergar os trabalhadores dessa propriedade, como também, para dar apoio à produção e exploração agrícolas, constituindo, assim, aquela que facultará o rendimento esperado.

Columela, escritor e agrônomo latino, no seu tratado *De Re Rustica*,²⁴ defende a existência de uma terceira parte constituinte da *villa* – a *pars fructuaria* – que integra única e exclusivamente os edifícios de apoio à produção agrícola e respectivo armazenamento, reservando a *pars rustica* para a acomodação dos trabalhadores. Esta tripartição funcional e organizativa, foi também utilizada na materialização das quintas.

As quintas alentejanas têm, na sua génese, um pensamento arquitectónico: um dos “rastos” que possuem encontra-se na arquitectura das *villae* romanas, dando-lhe a voz teórica que lhe falta.²⁵ A arquitectura rural antiga foi, assim, chamada a informar a contemporânea.

As *villae* romanas e a organização do território que administram surgem como uma chave de leitura e interpretação do objecto de estudo, na medida em que são, tal como as quintas, unidades agrícolas e habitacionais, destinadas não só à produção agrícola e pecuária das suas propriedades, como também, à acomodação do seu proprietário, e respectiva família, através das componentes habitacionais e recreativas. Esta constatação, de relacionar as quintas (e não os montes) com as *villae* romanas, constitui matéria e originalidade da investigação em curso.

²⁴ COLUMELA, 1960.

²⁵ “Só nos exemplos está escrito o como; uma teoria da arquitectura aguenta-se em pé sempre que haja exemplos que a sustentem.” GRASSI, 1980: 47.



fig. 1 Quinta de Santo António, S. Braz (Serpa).
Fonte: imagem parcial da fotografia “Elvas”, JORGE (2007): 235.



fig. 2 Paisagem alentejana, Monte da Ovelheira, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Dezembro 2012.



fig. 3 Herdade de Alcobaça, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Dezembro 2012.



fig. 4 Monte do Carrão, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Dezembro 2012.



fig. 5 Quinta das Longas, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Dezembro 2012.



fig. 6 Vista aérea sobre Elvas.

Fonte: imagem parcial da fotografia “Elvas”, JORGE (2007): 247.

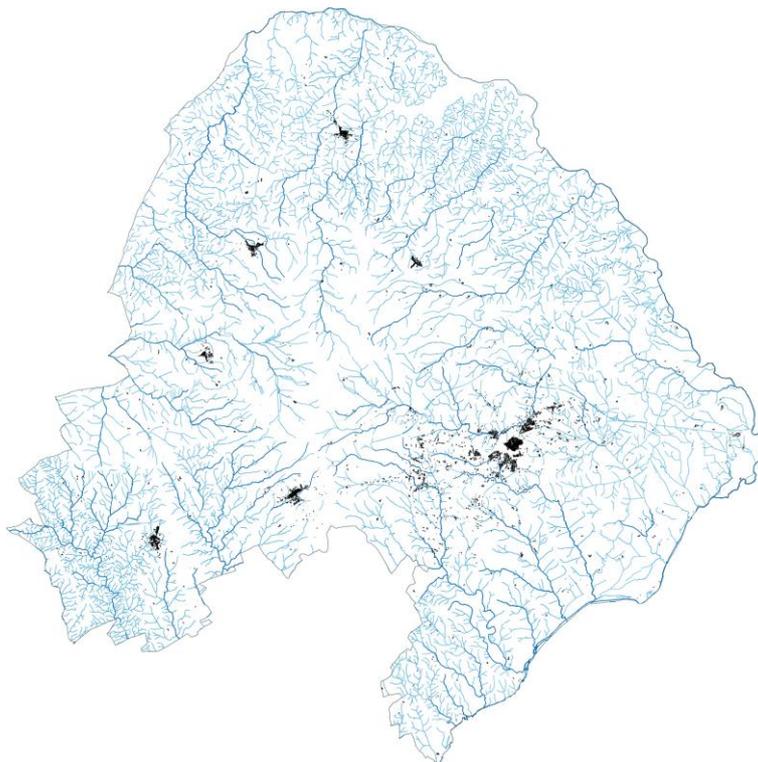


fig. 7 Planta hidrográfica do Concelho de Elvas.
Fonte: desenho realizado pela autora sobre levantamento aerofotogramétrico cedido pela Câmara Municipal de Elvas.

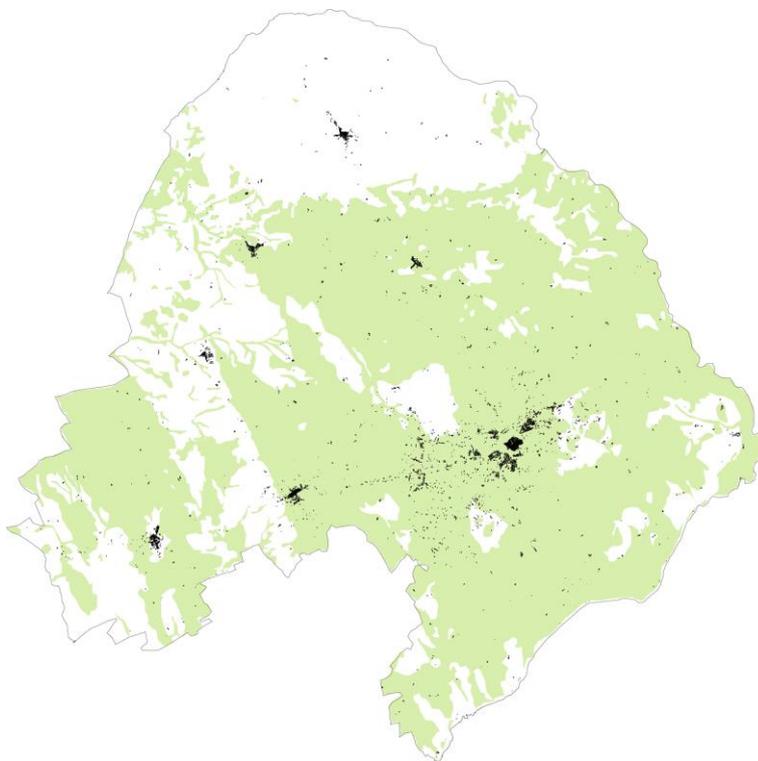


fig. 8 Identificação dos solos para fins agrícolas do Concelho de Elvas.
Fonte: desenho realizado pela autora sobre levantamento aerofotogramétrico cedido pela Câmara Municipal de Elvas.

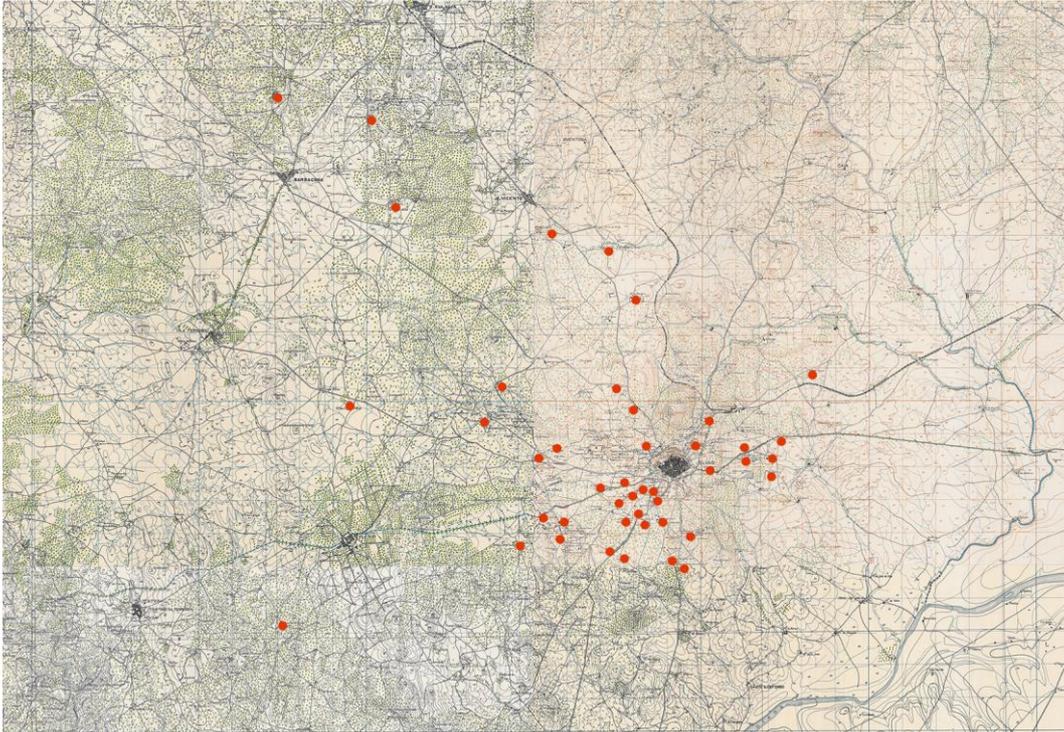


fig. 9 Identificação de 44 quintas no Concelho de Elvas.
Fonte: montagem realizada pela autora das Cartas Militares (399, 400, 413, 414, 427, 428) das décadas de 30 e 40, Instituto Geográfico do Exército.



fig. 10 Quinta das Choças, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Maio 2013.



fig. 11 Quinta de Santo António, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Maio 2013.



fig. 12 Quinta de São João, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Maio 2013.



fig. 13 Metodologia: edificado - Quinta das Longas.
Fonte: desenho realizado pela autora sobre levantamento aerofotogramétrico cedido pela Câmara Municipal de Elvas.



fig. 14 Metodologia: propriedade - Quinta das Longas.
Fonte: desenho realizado pela autora sobre levantamento aerofotogramétrico cedido pela Câmara Municipal de Elvas.

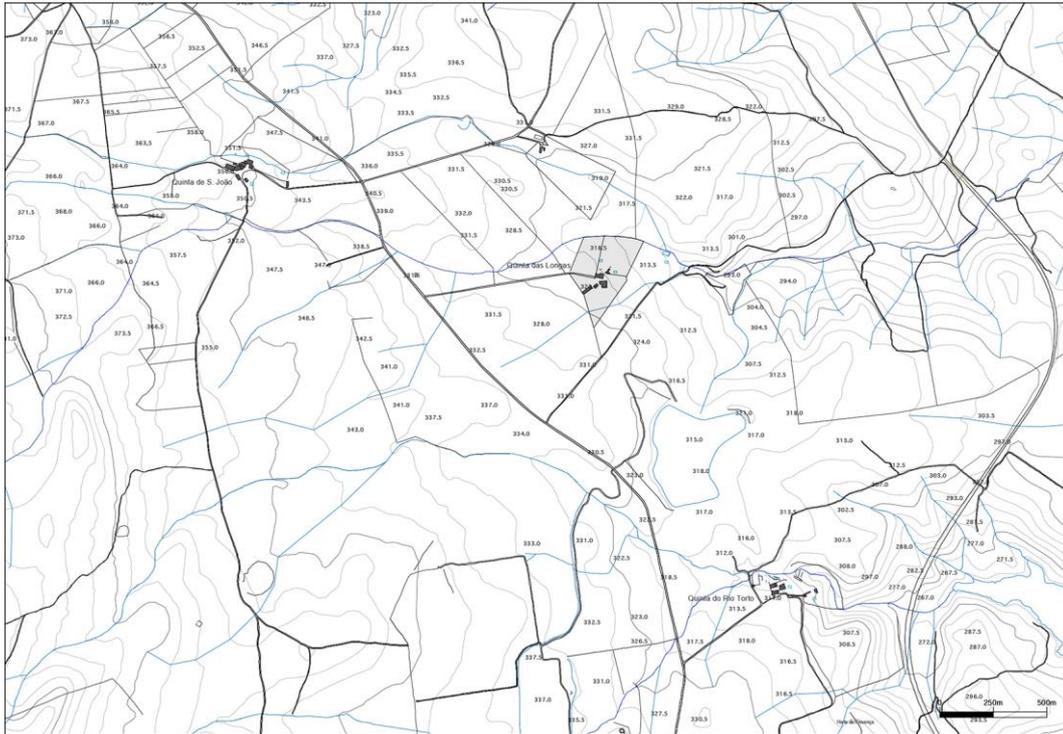


fig. 15 Metodologia: território - Quinta das Longas.
 Fonte: desenho realizado pela autora sobre levantamento aerofotométrico cedido pela Câmara Municipal de Elvas.

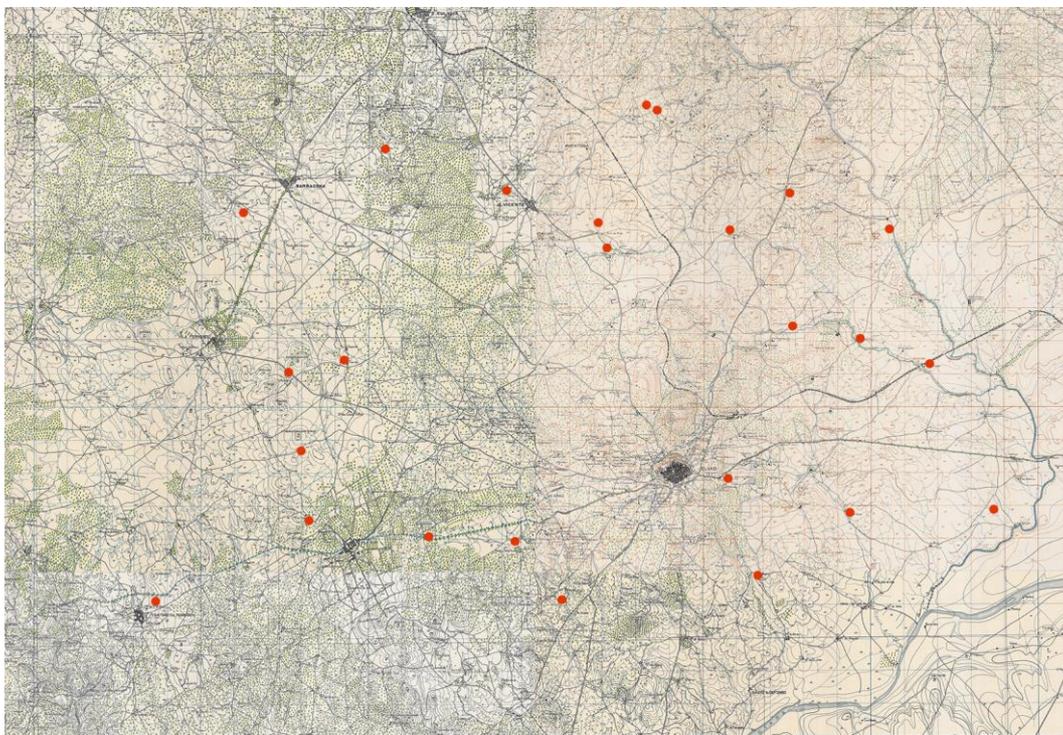


fig. 16 Identificação de 25 *villae* no Concelho de Elvas.
 Fonte: montagem realizada pela autora das Cartas Militares (399, 400, 413, 414, 427, 428) das décadas de 30 e 40, Instituto Geográfico do Exército.

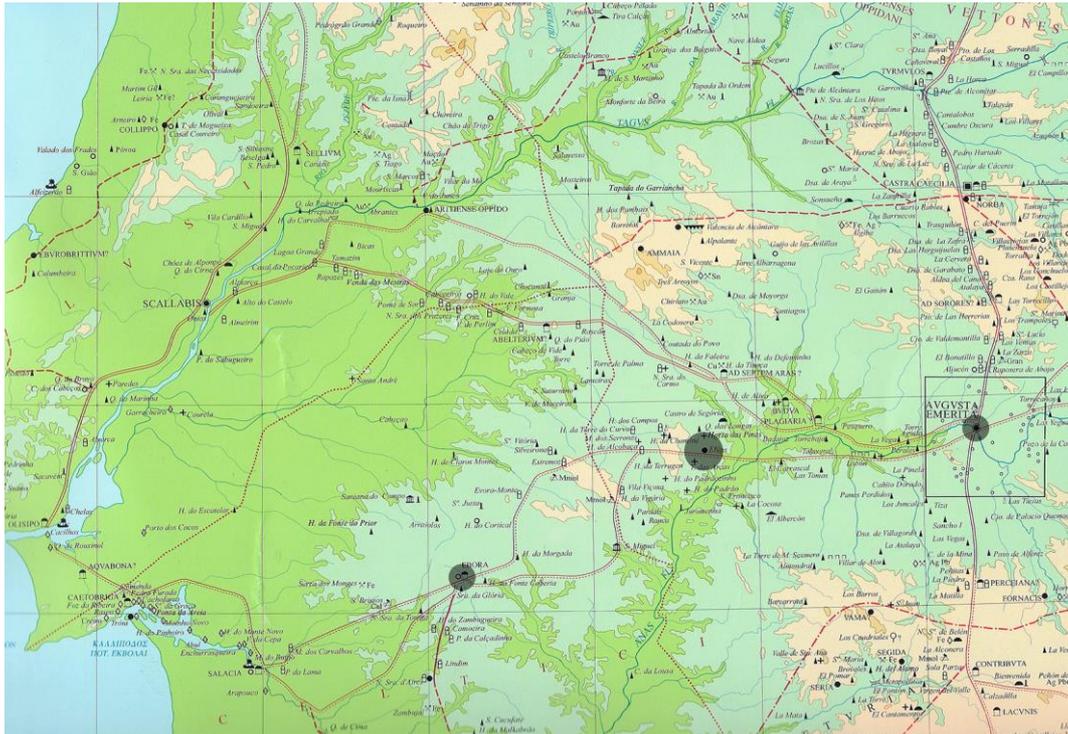


fig. 17 Sistema viário romano: ligação entre *Ebora* e *Emerita Augusta*.
Fonte: Imagem parcial do mapa “J-29 Lisboa”, Comité Español TIR, (1995).



fig. 18 La villa d'Estrées-sur-Noye.

Fonte: imagem parcial da ilustração "La villa d'Estrées-sur-Noye", GOLVIN & REDDÉ (2005): 116.



fig. 19 *Villa* romana da quinta das Longas, Elvas.
Fonte: fotografia da autora, Dezembro 2012.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Jorge; BARROCA, Mário (2012) - *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas.
- ALBERTI, Leon Battista (2011) - *Da arte edificatória [De Re Aedificatoria]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, trad. para português de Arnaldo Espírito Santo, (1ª ed., 1485).
- Câmara Municipal de Elvas (2009) - *Fase 3 – proposta plano*. In *Relatório do Plano Director Municipal – Revisão*. Elvas: Câmara Municipal de Elvas, Proc. 06L14.
- COLUMELA (1960) - *Res Rustica*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 3 vol., trad. para inglês de Harrison Boyd Ash.
- Comité Español TIR (1995) - *Tabula Imperii Romani. J-29 Lisboa*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GEORGE, Frederico; GOMES, António; ANTUNES, Alfredo. (2004) - *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Edição da Ordem dos Arquitectos [resultado do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa” conduzido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, entre 1955 e 1960], vol. 2., 4ª ed., (1ª ed., 1961).
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1949-1951) - *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense, 2ª ed..
- GOLVIN, Jean-Claude; REDDÉ, Michel (2005) - *Voyages sur la Méditerranée romaine*. Paris: Actes Sud - Errance.
- GRASSI, Giorgio (1980) - *La arquitectura como oficio y otros escritos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- JESUINO, Rui (2012) - *Elvas, a história da cidade fortaleza*. Elvas: [s.n.].
- JORGE, Filipe (coord.) (2007) - *Portugal visto do céu*. Lisboa: Argumentum Edições.
- LOSADA, Fermín Pérez (1987) - *Sobre o conceito de “villa” no mundo romano*. In “Cadernos de Arqueologia”, série II, vol. 4. Braga, p. 79-110.
- MACHADO, José Pedro (1989) - *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. Lisboa: Livros Horizonte, 5 vol., 5ª ed..
- PICÃO, José da Silva (1947) - *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (Concelho de Elvas)*. Lisboa: Neogravura, limitada, 2ª ed., (1ª ed., 1903-1905).
- RIBEIRO, Orlando (1970) - *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, segundo A. Silbert*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

RIBEIRO, Orlando (1987-1991). *Geografia de Portugal*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

VITRUVIO, Marco (2006) - *Tratado de arquitectura*. Lisboa: IST- Press, trad. para português de M. Justino Maciel, (1^a ed., 1486).